

MANUEL DA SILVA MENDES, PROFESSOR E HOMEM DE CULTURA

*António Aresta**

Manuel da Silva Mendes foi um dos representantes mais notáveis da intelectualidade portuguesa contemporânea de Macau.

Não é possível dissociá-lo de uma porfiada intervenção cívica e política, do estudo e da divulgação do taoísmo, da religião e arte chinesas ou, ainda, das magnas tarefas educativas em que se envolveu.

Acompanhemos, então, o roteiro da sua vida.

DOS ANOS DE FORMAÇÃO ATÉ AO SOCIALISMO LIBERTÁRIO

Em Portugal, desde a segunda metade do século XIX até aos anos da República, viveram-se tempos agitados. Eram anos de viragem, marcados por diversas rupturas epistemológicas no campo da literatura, das artes, das ideologias, da economia ou das ideias. E o caminho das ideias traçava uma tripla encruzilhada: a geração de 1852, com Amorim Viana e a análise das contradições económicas de Proudhon; a geração de 1870, com o seu pluralismo estético, ideológico e filosófico; a doutrinação positivista, seguindo a óptica da escola de Littré. Na marginalia ficam, entre outros, o enciclopedismo de Sampaio Bruno e esse romântico perdido no realismo que foi Camilo Castelo Branco.

A revolução republicana de 31 de Janeiro de 1891 marcava o início do inconformismo nacional, no dizer de Guerra Junqueiro, em relação a um sistema político que não se coadunava com o mais esclarecido sentir colectivo. Daí que as rupturas epistemológicas, descentradas do poder, principalmente nas artes, nas ideias e na literatura, tivessem a necessida-

* Professor e investigador.

de de criar um espaço para um saber tão polémico quanto incómodo em ordem a gerir um novo poder, um poder simbólico.

O suicídio de Antero de Quental, também em 1891, dava uma nota insólita porquanto uma tragédia existencial poderia ter tido uma das suas motivações mais profundas na incapacidade de afirmação do poder simbólico, a que alguma mística budista¹ poderia ter emprestado uma inusitada veemência.

Antero escrevia: “somos republicanos, porque se não compreendemos que haja República verdadeira fora do Socialismo, não compreendemos igualmente que fora da República possa o Socialismo realizar-se completamente”², subsistindo assim a necessidade de um enfoque idealista e romântico, bem ao jeito de um manifesto, “não vos pedimos que nos dêem o Socialismo: dai-nos somente um lugar na República para o programa socialista, para a iniciativa socialista, para as reformas socialistas, e estaremos convosco de todo o coração, porque nos tereis dado quanto com justiça podemos exigir de vós, quanto com justiça pode o Socialismo exigir da República”³.

A caracterização ideológica deste *fin-de-siècle* ficaria irremediavelmente incompleta sem a análise mordaz de Eça de Queiroz, sobretudo na defesa de José Falcão, em 1871: “O governo de sua majestade sabe muito bem que em Portugal não há partidos republicanos nem socialistas, nem conspiradores; sabe perfeitamente que nem há clubes, nem agentes da Internacional, nem associações secretas, nem escritores que ensinem o socialismo, nem jornais que o discutam nem armas que o realizem. Pois bem! o governo inventa em Portugal o socialismo, como o segundo império inventava as conspirações em Paris. O governo cria o fantasma ‘vermelho’, para ter o prazer de o combater. República em Portugal é apenas uma conspiração da política. Em Portugal, todos o sabem, há três ou quatro pensadores que não querem sair por ora da cônica paz dos seus livros. E aí está o socialismo em Portugal”⁴.

No ano lectivo de 1891/1892, Manuel da Silva Mendes encontrava-se a frequentar o primeiro ano do Curso de Direito, na Universidade

¹ José Alves, *Antero de Quental, Les Mortelles Contradictions*, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1982, p. 277.

² *Prosas Sócio-Políticas*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 391.

³ João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal* (Antologia), Publicações Dom Quixote, 1984, p. 204.

⁴ *Idem*, Op. Cit., p. 272.

de Coimbra. E Coimbra era um foco de irradiação intelectual, com características únicas no país⁵. O poeta Eugénio de Castro lançava as sementes de um simbolismo comprometido e a ressaca das Conferências do Casino movimentava os debates de ideias que, muitas vezes, pareciam não andar longe da essência das aporias de Zenão de Eleia.

Os anos de Coimbra serão, para Manuel da Silva Mendes, decisivos a todos os títulos. Com efeito, este jovem nortenho desemboca numa Coimbra universitária profundamente empenhada em demonstrar que aos anos da razão se sucedem os anos da contestação, contestação essa violentamente patente no Porto, aquando do 31 de Janeiro, a primeira grande tentativa para derrubar a monarquia.

Entre os seus Professores, contava-se o mais obscuro elemento do célebre grupo dos 'Vencidos da Vida', o Dr. António Cândido, um prócere do positivismo e tido como o mais arrebatado tribuno parlamentar oitocentista; o Dr. Avelino Callisto, figura histriónica, alvo preferencial do espírito cáustico de Trindade Coelho e de Ramalho Ortigão; o Dr. José Frederico Laranjo, Par do Reino e o introdutor da cadeira de Direito Internacional nas Faculdades de Direito; ou o Dr. Lopes Praça, futuro mestre de filosofia dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel, desde 1904 até ao ano do regicídio, 1908.

E será exactamente este último, o Dr. Lopes Praça, catedrático titular da cadeira de Direito Civil, quem irá exercer uma discreta mas vigorosa influência no jovem Manuel da Silva Mendes.

Em 1868, Lopes Praça publica a primeira *História da Filosofia em Portugal*, obra da qual existem algumas reedições contemporâneas.

Podem detectar-se extraordinárias semelhanças, no planeamento e na construção da arquitectura teórica, entre a citada obra e a história do socialismo libertário, da autoria de Manuel da Silva Mendes. Se Lopes Praça procurou um equilíbrio expositivo na sua história da filosofia, deixando escapar de quando em vez algum indisfarçável krausismo, Silva Mendes tentou ir mais além fazendo da absoluta neutralidade o seu impossível ofício de historiador. Essa neutralidade desmorona-se na paixão com que dissecava algumas das grandes correntes históricas do socialismo libertário.

⁵ A Universidade de Coimbra é uma das mais antigas e prestigiadas universidades europeias, fundada a 1 de Março de 1290. Numa perspectiva recente, vejam-se as Actas do Congresso de História da Universidade: 7.º Centenário da Universidade de Coimbra, 5 volumes, 1991.

Em 1896, Manuel da Silva Mendes finaliza o seu curso de Direito (bacharelato), sendo citado pelo seu mérito académico e literário.

Publica nesse mesmo ano o ensaio, *Socialismo Libertário ou Anarchismo: História e Doutrina*, que, mais do que uma simples dissertação académica, é uma obra pioneira e fundamental. Ontem como hoje, continua a ser a primeira e única história geral do socialismo libertário escrita em Portugal, o que não deixa de, no mínimo, ser curioso.

Também em 1896, e não é despidendo recordar, aparece na revista coimbrã *O Instituto*, um dos primeiros estudos dedicados ao budismo, sobre *A Phenomenalidade, a Alma e o Eu no Budismo*, da autoria de Vasconcellos Abreu, ao mesmo tempo que é promulgada uma severa lei contra o anarquismo.

A obra de Manuel da Silva Mendes, *Socialismo Libertário ou Anarchismo: História e Doutrina*, é, na realidade uma história geral do movimento das ideias libertárias e anarquistas, procurando surpreender esse pensamento nas contradições fecundas de todos os grandes pensadores e dando ênfase a uma filosofia da historicidade. Poderemos situá-lo na mesma linha de análise com que Nietzsche julgou Goethe e Hegel, a propósito do espírito do tempo e do presente como eternidade.

Silva Mendes apresenta uma copiosa fundamentação bibliográfica⁶, permitindo-nos ajuizar sobre a actualidade e o pluralismo das fontes e o consequente esforço de sistematização e de síntese que teve necessidade de efectuar.

O ensaio espraia-se em dez capítulos, a saber: Os Predecessores; Karl Marx e a Associação Internacional dos Trabalhadores até 1873; Bakounine e o Movimento Anarquista até 1876; O Movimento Teórico Anarquista desde 1876 até à actualidade; A Propaganda pelo Facto; Evolução Teórica do Anarquismo; Teoria Histórica Socialista; A Evolução Económica; Em Sociedade Comunista; A Evolução Política.

Os propósitos de Manuel da Silva Mendes eram “encher uma lacuna que existe na nossa literatura eis o fim deste livro.(...) Entre nós, além de um opúsculo do Sr. Conselheiro Serpa Pimentel e de algumas publicações muito ligeiras, nada há escrito sobre o assunto; por isso, somente em livros de fora têm podido os estudiosos surpreender o pensamento

⁶ A título de exemplo: *André Lichtenberger, Le Socialisme au XVIII siècle*, Paris, 1895; *Michel Dragomonov, Correspondence de Bakounine*, Paris, 1896; *H.Spencer, L'Individu Contre L'État*, Paris, 1888; *Karl Marx, Das Kapital*, s/d; *Adolfo Posada, La*

desta corrente socialista”⁷, e situar-se como um historiador neutral, observando compreensivamente o curso da história das ideias, abstenendo-se de colocar, aqui e ali, uma nota enfática de repulsa ou de adesão. Na “elaboração deste livro procuramos sistematicamente não emitir a nossa opinião. Não devíamos emití-la porque o fim a que nos propusemos foi unicamente apresentar a história e a doutrina anarquista na sua expressão mais pura. (...) Parecerá aqui e ali que perfilhamos quanto dizemos. Não se faça, porém, tal juízo que é temerário, é modo de exposição ou às vezes para seleccionar opiniões divergentes dentro da corrente. É este um livro que nem defende, nem aconselha, nem aplaude, nem provoca: expõe. E quem pretende simplesmente expor, fica bem atrás da tela.”⁸.

Ao mesmo tempo procurava desmitificar os falsos juízos que pesavam na imagem do socialismo libertário: “de resto, ninguém se deslustra com ser anarquista, são-no algumas das maiores individualidades da actualidade: Herbert Spencer, Kropotkine, Elisée Reclus, Tolstoi, Ibsen, isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo”⁹, apontando o exemplo de tão prominentes personalidades à luz do comentário de Goethe, de que nada é mais inconsequente do que a lógica consequente porque ela fabrica e produz o que não é natural. Daí a necessidade de ir em busca das raízes, que se perdem no tempo imemorial.

Silva Mendes, na esteira de outros historiadores e pensadores, está convicto de que a fonte matricial das teorias socialistas libertárias ou anarquistas se pode encontrar na China, mais propriamente no *Tao Te Ching*, atribuído a Lao Tse: seiscentos anos antes da nossa era, Lao Tse, meditando sobre os destinos do homem, teria escrito em oitenta páginas toda a teoria anarquista, tal como hoje a expõem Elisée Reclus e o príncipe Kropotkine.(...) Da Ásia, enfim, teria vindo para a Europa o espírito de revolta pelo veículo mongol, de Mazdec a Bakounine; a anarquia, mongólica na sua origem, passaria para os arias, porque tudo nos veio da Ásia, tanto o bem como o mal, a Bíblia, a ciência, a liberdade, a filosofia e a cólera”¹⁰.

Anos volvidos, quando se enfronha no estudo da filosofia taoísta, irá situar o poderoso contributo especulativo indiano, sobretudo a cor-

⁷ *Socialismo Libertário ou Anarquismo: História e Doutrina*, Coimbra, 1896, p. XI.

⁸ Idem, Op. Cit., p. XIII.

⁹ Idem, Op. Cit., p. XIII.

¹⁰ Idem, Op. Cit., p. 3.

rente Upanishad, dentro do hinduísmo, como uma referência fundamental para se compreenderem os predicados específicos dos taoísmos. Previne que é necessário “repelir a opinião assaz vulgarizada por escritores de má fé ou ignorantes de que o anarquismo não passa de uma reprodução das antigas utopias socialistas, como as de Platão, Morus, Campanella ou Fourier que imaginaram sistemas sociais, como os dramaturgos cenas de teatro, onde tudo está de antemão ensaiado para produzir os efeitos calculados”¹¹.

Chama a atenção para o valor do estudo comparado da filosofia, que terá o mesmo valor que o estudo comparado das civilizações, podendo considerar-se um pioneiro nesta área.

O anarquismo, na sua opinião, não é “uma produção abrupta e artificial, mas sim uma derivação lógica de passados estádios de civilização que, transformados e intensificados por novas condições sociais, representam uma tendência social definida a que o futuro destinará plena realização, afirmando-se como um dever de humanidade e de justiça propugnar pela implantação de um regime de sociedade em que todos possam mover-se livremente na coexistência social”¹².

A partir do século XVIII, o socialismo libertário ou anarquismo começa a mover-se do saber para o poder, sobretudo com as influências de Rousseau, de Necker e de Mably. Proudhon merece-lhe um tratamento preferencial: “quanto a nós, ele teve o grande mérito de trazer para a luz alguns pontos do socialismo que andavam envoltos em névoas mais ou menos místicas, mais ou menos sentimentais. Teve a audácia de falar com franqueza sobre os problemas religiosos e políticos, para se declarar ateu e anarquista, concluindo que Karl Marx, Engels e Lassale são os primeiros socialistas autoritários na acepção científica deste termo. Proudhon, Bakounine, Guillaume, os primeiros socialistas libertários”¹³.

Dentro desta história geral do socialismo libertário existe também uma referência ao caso português: “em Portugal, o movimento anarquista não tem acompanhado o dos outros países. O socialismo, organizado primeiramente pelos estatutos da Aliança de Bakounine, tem-se desenvolvido com tendências diversas; hoje, porém, mercê da influência educadora de alguns operários espanhóis que tem vivido e vivem no meio dos revolucionários portugueses, o socialismo propende geralmente para

¹¹ Idem, Op. Cit., p. 7.

¹² Idem, Op. Cit., p. 8.

¹³ Idem, Op. Cit., p. 35.

a forma anarquista. O operariado de Lisboa, Porto, Coimbra, e outros centros industriais vai pouco a pouco abandonando as tendências marxistas para se lançar no anarquismo. Convencido da improficuidade da tática parlamentar, repugna-lhes aceitar o socialismo autoritário. Bastantes grupos, mais ou menos secretos, existem nos principais centros, uns professando a propaganda pelo facto sem restrições, outros subordinando-a a certas regras. Os seus jornais são hoje clandestinos por via da lei de fevereiro deste ano, provocada pelo atentado de Lisboa. Pelo mesmo motivo é secreta a organização actual dos grupos”¹⁴.

Manuel da Silva Mendes era um anarquista em espírito, como bom hegeliano, aproveitando, como dirá Croce em 1907, a parte viva da filosofia de Hegel, a ciência do espírito objectivo, mas não ousando nunca assumir-se mediante uma praxis consequente.

A par desta aventura intelectual, Silva Mendes era um empenhado combatente pela implantação do regime republicano em Portugal: “eu era de facto republicaneiro, nesse tempo. Dizia mal da odiosa monarquia e dos monárquicos no *Porvir* de Souza Fernandes. (...) Dos três chefes, passava eu, no público, por ser o mais vermelho. Os meus inimigos políticos iam mais longe. Para me prejudicarem casamento com menina de boa (rica) família, apontavam-me como anarquista... Perigoso, muito perigoso... e ateu!”¹⁵.

Mas, num acaso do destino, a vida muda radicalmente.

OS ANOS DE MACAU

De Vila Nova de Famalicão para Macau, uma cidade perdida na imensidão meridional da China, tal foi o itinerário de Manuel da Silva Mendes.

Deixemos o autor narrar a sua aventura: “Estava eu, no princípio do ano de 1901, no meu escritório de Vila Nova de Famalicão a fazer um requerimento, quando recebi inesperadamente este telegrama: *Vagou lugar professor Liceu Macau responda convém telegraficamente (ass.) Santos Viegas*. Li, reli e fui logo procurar um amigo meu, médico, que tinha consultório defronte.

¹⁴ Idem, Op. Cit., p. 169.

¹⁵ *Jornal de Macau*, 31.10.1929. Para este contexto da propaganda republicana e sobre o papel do jornal *O Porvir* e do Senador Sousa Fernandes, veja-se o volume *Sousa Fernandes*, edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1988, 534 pp..

— Leia isto. — Parabéns! — É que (atalhei) eu não pedi lugar nenhum e não sei se quero ou não.

— Como assim?

— É o que lhe digo. Certo é que há meses, monsenhor, tendo eu ido visitá-lo a São Tiago d’Antas, disse-me: o meu amigo aqui não está bem; o seu republicanismo só o prejudica, isto aqui, regenerador ou progressista; a república há-de vir para Portugal daqui a um século, se vier... Porque não vai o meu amigo para o ultramar?! Podia arranjar lá colocação e dedicava-se a estudos, que para isso é que o meu amigo tem mais feitio.

— E o que lhe respondeu?

— Eu respondi-lhe que para terra de degredados não iria — a não ser, sim para lugar de bom clima, e ganhando bem; que aqui auferia o suficiente para viver e não me convinha ir estrumar terra de pretos. Mas diga-me o meu amigo: Macau, Macau é lá para a China, no inferno, pois não é?...

— Olhe que eu também só sei isso... Mas vamos ver o compêndio de geografia por onde estudei, há trinta anos, sim, mas Macau deve estar ainda no mesmo sítio... ”¹⁶.

Aquilo que seria provavelmente o cumprimento de uma simples comissão de serviço, transformou-se a breve trecho numa estadia de uma vida.

A amizade com Monsenhor Santos Viegas, presidente da Câmara dos Deputados, e com Bernardino Machado, político e futuro Presidente da República, terá sido determinante para tomar a decisão que iria mudar por completo a sua vida.

O conhecimento que possuía de Macau e do Oriente em geral era muito, muito vago: “Confesso, causaram-me desagradabilíssima impressão os chineses. Eu fazia-os muito outros. Nunca tinha visto nenhum em carne e osso. Conhecia-os porém: conhecia-os das figuras das caixas de fósforos e do Café Chinês da Póvoa de Varzim. Era este café (onde perdi as ditas seis ricas libras) mobilado todo à chinesa! Mesas, cadeiras, sofás, alizares das paredes com embutidos de osso e madreperla, pintados com pagodes, chineses de rabicho sobre robes de chambre e chinesas coradinhas, mignons, pequeninas, muito engraçadas, todas chim-cim, envolvidas em

mantons de seda bordada, coisa rica... Eram estes chineses e estas chinesas que eu trazia na cabeça.”¹⁷.

Para trás ficava um Portugal pré-republicano, social e politicamente muitíssimo agitado. Era o fim do regime monárquico que se anunciava.

Quando chega a Macau, em 1901¹⁸, o império chinês agonizava. A rebelião dos *boxers* fez estremecer a velha estrutura feudal chinesa, direccionando contra o ocidente, o imperialismo colonial do ocidente, toda a antipatia e todo o ódio contra os estrangeiros. O cristianismo foi especialmente visado, porque através da sua doutrinação era o espírito ocidental a insinuar-se nas mentalidades e na cultura. De resto, já a partir de 1898, o movimento reformista chinês teria o seu campo de manobra muito limitado: as querelas intestinas entre os radicais, de K’ang e Liang, e entre os conservadores, de Weng e Chang, criaram uma situação insustentável, oportunamente aproveitada pela imperatriz Tz’u-his, que organizou um golpe palaciano de terríveis consequências.

Manuel da Silva Mendes, numa visita a Cantão, em 1902, retém esta imagem: “ lembro-me de ter presenciado na cidade de Cantão ousadias extraordinárias: propagandistas sobre bancos nas ruas, pregando às massas a redenção pela revolução, pelo assassinato das autoridades e logo proclamando as miríficas propriedades de drogas que ofereciam à venda, quando à distância algum polícia divisavam. Período de heroísmos, sem dúvida esse a que assisti. Centenas de cabeças rolaram mas sempre outras cabeças se ofereciam ao sacrifício”¹⁹.

As potências coloniais, a Alemanha, a França, a Inglaterra e também a Rússia e os Estados Unidos, ocupam Pequim obtendo igualmente valiosas concessões, para além de imporem aos Qing uma pesadíssima indemnização. Estas sucessivas humilhações tiveram, contudo, o mérito de fazer acelerar o movimento constitucionalista e republicano. Em 1911, o médico Sun Iat Sen anuncia a formação da república chinesa, formalmente constituída em 1912, com a capital em Nanquim, ocupando essa personalidade as funções de presidente interino.

¹⁷ *Jornal de Macau*, 05.11.1929.

¹⁸ O Governador era José Maria de Sousa Horta e Costa (2ª vez), o Bispo era D. José Manuel de Carvalho e António Joaquim Basto presidia ao Leal Senado.

¹⁹ *Macau: Impressões e Recordações*, Macau, 1979, p. 119.

Não restam dúvidas de que a China era um estado em colapso²⁰, assacando-se à última dinastia as responsabilidades pela condução desastrosa e reaccionária da política externa no concerto das nações.

No plano interno, recorde-se a análise bem humorada de Silva Mendes: “na China é o povo que governa e se governa; ele é que arranja, escolhe, compõe, organiza, põe em movimento o seu viver. O Estado, o Governo com G maiúsculo, é como que um escalracho que vive à custa do povo, perturbando frequentes vezes o seu viver tranquilo com as lutas que engendra entre os indivíduos que o formam ou entre estes e outros que o pretendem constituir²¹(...) O povo chinês filosofa habitualmente como o burro...Lá tem dado de séculos a séculos o couce no patrão; mas a albarda não a poude do lombo nunca sacudir. E neste conceito burrial toda a história política da China se resume²²”.

Procuraram os portugueses, aproveitando-se das fraquezas institucionais da China, cimentar a autonomia e o reconhecimento de Macau mediante um Tratado devidamente ratificado. Esse desiderato só foi conseguido em parte visto que subsistiam problemas históricos de fundo, com algum melindre, sobre os quais ambas as partes divergiam na interpretação dos valores jurídico-políticos.

Manuel da Silva Mendes vai encontrar uma colónia em franca desnacionalização, sem opinião pública com tradições interventivas e com graves problemas infra-estruturais aliados a uma economia debilitada.

Pela palavra escrita, pelo exemplo e pela acção, irá tentar inverter algumas situações, contribuindo ao mesmo tempo para a formação das mentalidades dos seus contemporâneos e para o prestígio social do exercício construtivo da crítica.

Silva Mendes encarna o protótipo do cidadão que vive a sua cidade, uma verdadeira *polis* no seu sentido o mais primordial.

Defensor activo e intransigente da identidade portuguesa de Macau e das grandes marcas contrastivas da presença chinesa, antecipou-se, largamente, a Ruth Benedict quando denunciou a cegueira perante outras culturas, mediante a sua esclarecida e prolixa acção como publicista, professor e figura pública.

²⁰ Immanuel C.Y.Hsu, *The Rise of Modern China*, Oxford University Press, 1987; Jacques Gernet, *A History of Chinese Civilization*, Cambridge University Press, 1986; Fu Hu, *Tales of the Qing Court*, Hai Feng Publishing, 1990.

²¹ *O Macaense*, 13.06.1920.

²² *O Macaense*, 11.04.1920.

Já em 1909 afirmava que os “estudos orientais que há poucos anos ainda constituíam apenas temas para divagações de espíritos curiosos, estão já hoje, mercê da aproximação do Oriente com o Ocidente em suas relações principalmente comerciais e políticas, adentro do âmbito da cultura geral”²³.

E o caminho vai no sentido de abandonar a visão generalista para se fixar no pormenor compreensivo, verdadeiramente gnoseológico. Pode realmente, falar-se num *discurso sobre a cidade*, um singular *logotetismo*, ora apelativo, ora categórico, do género barthesiano, onde aparece uma nova linguagem sobre o social e sobre a estrutura urbana, existindo, em simultâneo, uma transformação dos *monumentos* em documentos, sentido da epistemologia de Michel Foucault.

Há muito de confessional, de sensibilidade combativa e comunicativa, no seu olhar sobre Macau. O seu modo de ver, a sua postura moral e cívica, reflectem-se na combatividade e na veemência com que ousa, publicamente, assumir-se numa pequena cidade provinciana cindida por duas culturas singulares, a portuguesa e a chinesa.

Levantando a sua voz contra aquilo a que apelidou de cidadina desnacionalização, clama com vigor: “Quando, há perto de trinta anos, eu desembarquei pela primeira vez em Macau, a cidade não tinha o aspecto que hoje tem. Tinha outro, melhor, interessantemente característico: chinês, em metade dela; português, no resto”²⁴. E, precisando melhor a sua memória: “Nunca vimos que tínhamos o que outros nestas partes orientais ambicionariam ter: alguma coisa que bem nos definisse, alguma coisa que só nossa fosse, alguma coisa que marcasse a nossa longa e persistente estada nestas partes do oriente, alguma coisa que fosse aqui o nosso ser, a nossa vida, a nossa história. Temos sido coveiros de nós mesmos. Mais do que isso: temos ensinado a profissão à população chinesa que, paredes meias, connosco vive. Eu bem sei que Macau nunca foi uma Florença nem, em beleza arquitectónica como Pekim ou Hangchao. Todavia muito de bem português e de bem chinês, Macau teve. E tudo, quase tudo, tem sido destruído por nós... coveiros de nós mesmos! Eu me recordo bem de ser toda a Praia Grande, a Rua do Campo, as ruas do Hospital e de S. Domingos, o Leal Senado, a Sé e o mais que em linha até à Barra vai, tudo português. E hoje o que é isso?... Um mistifórdio ar-

²³ *Lao Tse e a sua Doutrina Segundo o Tao-Te-King*, Macau, 1909, p. 61.

²⁴ *Jornal de Macau*, 08.06.1929.

quitectónico, incaracterístico, reles. Residências chinesas, levantadas por antigos tai-pans, de linhas puras, de sumptuosa e, por vezes, mui artística decoração, havia muitas: havia-as como não as há em Hong Kong nem em Xangai. Wong Pu decorou algumas delas. Restam hoje poucas, afogadas sobre a sombra de circunjacente casario informe. Deste ruímento vandálico da história, da estética, do bom senso, salvaram-se os templos budistas”²⁵.

Esta forma crítica de estar em Macau, que adoptou verdadeiramente como segunda pátria, leva-o a interessar-se com profundidade e com invulgar espírito de erudição pelos factores essenciais da cultura chinesa, nomeadamente a arte, a religião e a filosofia.

Estes novos horizontes espirituais, abertos pelo demorado convívio com a cultura chinesa, irão ser determinantes na sua actuação cívica e política.

Falando o cantonense com relativa fluência, apesar de na escrita se considerar a um nível rudimentar, também com a língua inglesa de per-meio, acedeu a um círculo de amizades verdadeiramente invulgares dada a sua condição de português residente em Macau: Chan Chek Yu, antigo Governador de Kuangtung, que prefaciou o seu livro sobre a filosofia taoísta; Tang Shao Yi, ex-Primeiro-Ministro e ex-Embaixador em Washington; Chang Kueng Ming, ex-Governador Militar de Kuangtung; Lau Yok Lon, ex-Embaixador em Bruxelas e em Londres e antigo Comissário do Monopólio do Sal; Lau Kat Loc, mandarim na província de Kiang Si e letrado graduado em “sauchoi” (bacharel); Sek Kin Seng, “tai fat chi” (teólogo ilustre) do mosteiro de Choc Lam de Macau.

Afinidades intelectuais, estéticas, religiosas e filosóficas, congregavam estes homens que tinham residência em Macau, embora boa parte deles vivesse a maioria do tempo fora de Macau. O mosteiro de Cheoc Lam era sempre o local de encontro desta tertúlia de amigos.

As tradições democráticas, após a instauração da República em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, jamais criaram raízes na organização política e administrativa de Macau. A concepção autocrática e personalista do poder, em boa parte apadrinhada pela burguesia comercial e industrial chinesas, raro consentia intervenções críticas, vozes dissonantes, nem sequer discordâncias formais.

Montalto de Jesus tentou-o e a sua obra²⁶ foi apreendida e queimada, em público, pelas autoridades portuguesas, um verdadeiro *auto-de-fé* medieval em pleno século vinte. Ironicamente, a Silva Mendes sucedeu quase a mesma situação. Postumamente foi destruída uma obra sua, que ainda estava na tipografia, por ordem de elementos afectos à Igreja Católica de Macau. Uma atitude lamentável a todos os títulos.

A intolerância política e religiosa é inimiga do pluralismo cultural e da liberdade de expressão criadora.

Por esses motivos nunca foram favorecidas quaisquer atitudes cívicas e políticas. Dizia Silva Mendes que em “Macau não há opinião pública digna desse nome; não há cidadãos, ou antes, sociedade que muito se importe com os interesses públicos, não se espevitam ideias. Ora, Macau sob este ponto de vista é um charco”²⁷.

E Silva Mendes bem sabia do que falava. Tinha sido convidado para assumir o cargo de Governador de Macau, em 1915, pelo seu particular amigo e Presidente da República, Bernardino Machado e, facto extraordinário, recusou tal honraria. Disse simplesmente que não tinha ambições políticas e que se sentia muito bem como Professor e como Advogado e que nessas funções representava dignamente o seu país.

Para Silva Mendes afigurava-se imperdoável, quicá criminoso, o desleixo com que se esvaía, na voragem do tempo e do progresso, toda ou quase toda a memória da presença portuguesa em Macau. Atribuía esse facto à debilidade na administração: “nós, portugueses, nunca fomos bons administradores. Fizemos excelente figura como descobridores, demos memorável lambada em pretos, moiros e índios, mas fomos sempre desastrados em administrar”²⁸.

Contudo se é a Macau que “a Europa e a América devem a sua iniciação no comércio com o vasto império chinês”²⁹, seria curial admitir que as fontes documentais da história de Macau, das relações bilaterais entre Portugal e a China, enfim, todos os documentos mais importantes que permitissem reconstituir todo esse percurso histórico riquíssimo, estivessem preciosamente guardados e preservados das inclemências do tempo e da acção estouvada dos homens.

²⁶ *Historic Macao*, 1926. A segunda edição é de 1990.

²⁷ *O Macaense*, 20.06.1920.

²⁸ *O Macaense*, 11.07.1920.

²⁹ *Vida Nova*, 09.05.1909.

Infelizmente tal não sucedeu e Silva Mendes relata-o com alguma incontida amargura: “a própria história de Macau ignorámo-la quase completamente. Em língua portuguesa nunca foi escrita. Documentos, sobre que ela deveria fazer-se, tem desaparecido quase todos. Pelo desleixo, pela acção não impedida do tempo e dos insectos foram na maior parte destruídos. (...) Vários aspectos da história de Macau há que não foram sequer ainda bosquejados. Nunca se procedeu a trabalhos de colecção; nunca se arquivou sistematicamente coisa alguma; nunca houve cuidado em conservar o que casualmente ficou. E, assim, chegamos ao século XX sem história escrita da grande empresa social da Europa na Ásia, nós que fomos os primeiros a iniciá-la. (...) Tal desleixo, se inconcebível não é, coloca-nos, sem dúvida, perante estrangeiros, numa deprimente inferioridade. Mais do que eles devíamos nós possuir dados, elementos, documentos para a história da acção da Europa na China”³⁰.

A constatação desse facto, em 1919, ainda hoje nos é penosa de verificar.

Mais do que um sinal da debilidade estrutural de um regime, era, também, um eterno problema, o problema da mentalidade. A mentalidade forma-se na convivência familiar, na educação e na instrução, sobretudo forja-se nos combates que exigem envolvimento social e comunitário.

Efectivamente Macau procurava seguir Hong Kong que era um próspero entreposto comercial, uma colónia britânica a cuja fundação se encontravam ligados muitos portugueses e macaenses. Esta emigração provocou não só a saída dos mais aptos e empreendedores, mas também uma crise de valores que se materializava em pequenas rivalidades, como muito bem observou Austin Coates³¹.

Perdida a grandeza passada, Macau era uma hospitaleira terra luso-chinesa e o sentimentalmente mais antigo traço de união entre o Ocidente e o Oriente. A distância da metrópole, a reduzida dimensão territorial e a incapacidade para gerar receitas próprias bastantes para garantir uma independência económico-financeira, levaram, inevitavelmente, o governo a considerar Macau como uma referência pouco mais do que afectiva no contexto do império colonial. Apenas a orientação política manteve as características gerais, extensivas às demais colónias.

³⁰ *O Macaense*, 23.11.1919.

³¹ *Macao and the British*, Oxford University Press, 1988 e *A Macao Narrative*, Oxford University Press, 1978.

Silva Mendes possuía a percepção muito clara desta situação. À retórica política, enfadonha e estéril, contrapunha com argumentos certos e judiciosas análises dos problemas reais, esboçando soluções exequíveis³².

Não poupava os erros cometidos pela administração porque se assumia como um cidadão extraordinariamente atento e interessado na resolução dos problemas da sua pátria adoptiva: “residimos em Macau há cerca de vinte anos e temos acompanhado o movimento das ideias tanto do governo local como da sua população acerca da necessidade de fazer prosperar esta colónia”³³, ou, noutra perspectiva, “temos andado para trás. A colónia tinha uma legislação sua, simples, barata e rápida, com a qual viveu menos mal por muitíssimos anos.(...) foi substituída na sua parte processual pela legislação medieval do reino, cheia de fórmulas e tricas, que esgotam a bolsa e a paciência dos litigantes”³⁴.

Silva Mendes viu desfilar quinze governadores coloniais, de 1901 a 1931, cada qual com o seu estilo governativo e com as suas prioridades estratégicas.

Manteve sempre “um sincero afecto à democracia, tábua que nos correntes tempos é indispensável para que a vida deslize docemente”³⁵.

A FILOSOFIA TAOÍSTA

Silva Mendes dedicou dois estudos, editados em livro, à filosofia taoísta, para além de numerosos artigos dispersos em revistas e em jornais.

O primeiro intitula-se *Lao Tze e a sua Doutrina Segundo o Tao-Te-King*, de 1909, que teve como origem uma conferência que pronunciou no Grémio Militar de Macau.

É uma exposição clara e metódica do taoísmo filosófico e do taoísmo religioso, não esquecendo o enquadramento histórico e político-cultural. Neste texto demonstra a sua actualização científica, citando a mais importante bibliografia oriunda de sinólogos franceses e ingleses, podendo mesmo ser apontado como um guia seguro para quem nestas problemáticas se pretende iniciar.

³² *Notas sobre o Regulamento do Imposto de Selo*, “Vida Nova”, 13.03.1910 a 10.06.1910; *Estudos Económicos sobre Macau*, “Vida Nova”, 26.09.1909 a 09.01.1910; *A Questão Monetária em Macau*, “O Macaense”, 31.08.1919; *Obras do Porto de Macau*, “O Macaense”, 22.08.1920 a 03.10.1920.

³³ *O Macaense*, 22.08.1920.

³⁴ *Vida Nova*, 19.09.1909.

³⁵ *O Macaense*, 29.06.1919.

O segundo estudo, *Excertos de Filosofia Taoísta (segundo o Tao-Te-King de Lao Tze e o Nan Hua King de Chuang Tze)*, data de 1930 e é apenas a primeira parte. É uma obra profundamente original e fruto de um pensamento maduro.

Do prefácio, assinado por Chan Chek Yu, ex-Governador da Província de Kuangtung, podemos ler o seguinte: “O Sr. Dr. Silva Mendes, com quem de longa data mantenho relações de estreita amizade, é um persistente estudioso da literatura, da história, da arte e da filosofia do meu país. Desde o meu último regresso da metrópole temos muitas vezes conversado sobre a rápida transformação que a China está sofrendo em sua evolução para as ideias ocidentais; e ele, como eu, lastima a perda da antiga cultura chinesa que este movimento mais ou menos importa. E, levado, presumo eu, por este sentimento, empreendeu agora apresentar aos seus compatriotas uma das faces dessa cultura, a filosofia taoísta, cujo patriarca foi Lao Tze, um dos homens de coração diamantino que, com palavras aceradas porventura, teve na China o condão de dar vista a cegos e ouvidos a surdos, chamando ao bem os extraviados e fazendo os bons melhores. Poderão os homens do ocidente colher dele também excelentes ensinamentos. E eu, ainda que incompetente, é com prazer que louvo o meu amigo pela sua iniciativa”³⁶.

Silva Mendes convida os leitores a “interpretarem” a sua pessoalíssima interpretação do taoísmo, abrindo à diversidade as ideias nucleares e matriciais que enformam essa corrente filosófica.

Esta meditação, sob a forma poética, é bem ilustrativa da essência taoísta:

“Vida e Morte

Porque à vida tão forte apego, o horror
À morte tanto!? Se não há ninguém
Que da vida passada mal ou bem
Diga ou sinta (e existência anterior,
Por certo, já tivemos, pois de nada
Nada vem) igualmente ninguém diz,
Com provas, da futura, que infeliz
Será lá o existir. Ninguém. Selada
Urna é essa em que a luz da inteligência

Directamente não penetra. Agrura,
Na vida decorrente, mais que pura
Quietação, dia a dia a experiência
Nos mostra bem patente; e que o portal
Da morte, cedo ou tarde passaremos,
É coisa que por certa todos temos.

A morte é, na existência, essencial.
O que fomos, passou inteiramente;
Lembra só desta vida o decorrer.
Com a morte vem junto outro esquecer,
Outro alívio total. Depois, na frente,
Quem sabe!? outro nascer, mais outro lanço
Na estrada da existência; ou imediata
Entrada no Não-Ser. Ciência exacta
Do porvir não possuímos. Ao descanso,
Porém, à perfeição, há lei que diz
Que tudo avança. Logo, a morte leva,
Não ao horrível nada, não à treva,
Mas à luz, a destino mais feliz.

Quem é sábio, ama a vida sem apego
E ama a morte igualmente, quando vem,
Serenos e indiferentes, nunca tem
Horror ao que Tao dá, nem amor cego.

Outrora a bela Ki de Li chorou,
Quando foi a seus pais arrebatada:
Na corte, pelo duque desposada,
Seu choro em doce riso já mudou.

Na morte não será também assim?
Ficam cinzas de lenha consumida;
Mas o espírito, o lume que era a vida,
Esse, como a existência, não tem fim”³⁷.

Entre o panteísmo idealista ou o budismo niilista, esta metafísica da perplexidade parece convergir neste axioma:

³⁷ *Excertos de Filosofia Taoísta*, idem, pp. 31-32.

“Em toda a diversidade
Vê o sábio a Unidade.
Tudo é Um na harmonia universal:
Contrastes, distinções, divergências,
Sim e não, justo e injusto, bem e mal,
Não são mais do que meras apreensões”³⁸.

Só uma identificação muito grande com as teorias filosóficas dos grandes mestres chineses é que possibilitou esta apreensão original e profunda da essência espiritual do taoísmo. Silva Mendes não só se assumia como taoísta, mas também praticava as suas virtudes cívicas e humanas.

Também nos estudos que dedicou à arte chinesa, essencialmente à pintura, cerâmica e arquitectura, se pode vislumbrar no olhar do crítico ou do historiador um lampejo da sua formação filosófica taoísta.

PROFESSOR NO LICEU

Manuel da Silva Mendes foi colocado no Liceu de Macau, como Professor de Português e de Latim. Desempenhou as funções de Reitor do Liceu, por duas vezes, de 1904-1907 e 1909-1914.

Quando chega a Macau em 1901 já se encontram extintos os ecos de uma formidável polémica ideológica³⁹, travada no seio da comunidade portuguesa em torno do evolucionismo e do darwinismo. Em termos de obras didácticas feitas em Macau para a comunidade portuguesa, o panorama não era nada brilhante⁴⁰, com a excepção de uma obra de filosofia de feição neo-tomista⁴¹.

³⁸ Idem, Op. Cit., p. 42.

³⁹ Francisco Xavier Rondina, *A Divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo Reivindicada Contra Ernesto Renan*, Macau, 1864; António Vasconcelos, *Sermão Pregado na Sé Catedral de Macau no Primeiro Domingo de Quaresma em 6 de Março de 1881, no qual se refutam alguns pontos do Systema Darwiniano com referência ao Homem e à Religião Catholica*, Macau, 1881; Lourenço Pereira Marques, *A Validade do Darwinismo*, Hong Kong, 1882; Lourenço Pereira Marques, *Defeza do Darwinismo: refutação d'um artigo do jornal Catholic Register*, Hong Kong, 1889.

⁴⁰ Até 1901 apenas estão recenseadas duas obras didácticas: António Lopes Pereira, *Compendio de Historia e Chorographia Portugueza para Uso dos Alumnos do Seminario de Macau*, Macau, 1865; Carlos Vicente Rocha, *Tratado Completo de Arithmetica*, Macau, 1896.

⁴¹ Francisco Xavier Rondina, *Compendio de Philosophia Teorica e Practica para uso da Mocidade Portuguesa na China*, Macau, 1869-1870, 2 volumes.

A organização do ensino, em termos portugueses, girava em torno da Escola Primária Central, do Real Seminário de S. José, da Escola Comercial e do Liceu de Macau. A comunidade chinesa criava e geria os seus estabelecimentos de ensino com total liberdade de actuação.

A educação em Macau, em 1914, é “muito mais avançada do que na metrópole, embora andem misturadas nela certos elementos dissolventes, negativos, de proveniência familiar, que até certo ponto anulam, pelo menos não auxiliam, a acção escolar, e que em Portugal existem com caracter conservador e morigerador, suprimindo em certa medida os elementos que de uma mais proficiente acção escolar deveriam provir. Certo é que em Macau não há analfabetos e que pouca gente fica só na instrução primária elementar. O nível geral aproxima-se da instrução primária complementar, e não falta quem vá até ao grau do curso geral, mais ou menos completo”⁴².

O seu pensamento sobre a des/organização escolar portuguesa de Macau encontra-se admiravelmente expresso num artigo publicado em 1915, no jornal macaense *O Progresso*, e que pela sua importância se reproduz em anexo. Vale a pena acrescentar que essa ausência de sincronia e de uniformidade, no âmbito da educação portuguesa em Macau, foi apenas solucionada em 1969...

A questão do ensino da língua portuguesa em Macau, merece a seguinte observação de Silva Mendes: “Aqui quase que não há intercâmbio social de ideias, a convivência é pouco mais do que familiar. Ora, em toda a parte onde menos a linguagem se exercita é, por ser estreito, fechado, quase uniforme o meio, em família. Quem sente necessidade de conversar, de variar, de ter que dizer e de ouvir, sai de casa, vai para a rua, para os lugares de reunião, para onde haja enfim variada gente. Ora é precisamente isto o que aqui em muito falta. A terra são dois palmos; as pessoas conhecidas com as quais se pode conversar são parentes com quem não há que dizer; se não são parentes, tem os mesmos hábitos, fazem as mesmas monótonas coisas; o que uns sabem, já outros os sabem; por isso e por não encontrarem outra distracção, a toda a hora joga-se *vafá*.”

Para se adquirir extenso vocabulário é indispensável que o meio seja complexo: população numerosa, diferentes classes, diferentes profissões, fauna e flora abundantes, conflitos sociais, políticos, artísticos, etc..

⁴² *A Nova Reforma da Instrução Pública de Macau*, *O Progresso*, 08.10.1914.

Sem um meio assim dizem-se sempre as mesmas coisas, não há variedade no falar, não se espevitam ideias, não se variam as formas de linguagem, não se criam locuções novas. Ora Macau sob este ponto de vista é um charco...”⁴³.

Um antigo aluno de Silva Mendes, Joaquim Paço D’Arcos⁴⁴, deixou-nos esta impressiva recordação. “o Dr. Manuel da Silva Mendes, professor de português e de latim e interino de francês, era um grande coleccionador de porcelanas e de objectos de arte chineses, tendo constituído com as peças que ao longo da vida adquirira um verdadeiro museu. Competia com Camilo Pessanha no enriquecimento das respectivas colecções, mas era mais seguro que o do grande poeta o conhecimento que o Dr. Silva Mendes possuía dos segredos da arte secular. Acumulou o ensino com a advocacia, em que granjeou prestígio, e era também escritor, tendo deixado trabalhos de carácter jurídico, literário e de interpretação da filosofia chinesa. Formara-se em Coimbra (licenciamento), em 1898, e logo aos vinte e dois anos publicou o seu primeiro trabalho, uma tradução do *Guilherme Tell*, de Schiller, em verso solto, com introdução e anotações suas. Deixou vastíssima colaboração nos diversos jornais e revistas que se publicaram em Macau ao longo da sua permanência de trinta anos (1901-1931) na cidade em que viria a morrer. (...) A sua preciosa colecção de objectos de arte chineses foi acertadamente salva da dispersão e constitui hoje o fundo mais importante do Museu Luís de Camões em Macau”⁴⁵.

NOTA BIOBIBLIOGRÁFICA

Manuel da Silva Mendes nasceu em São Miguel das Aves, concelho de S. Tirso, distrito do Porto, a 30 de Novembro de 1876, filho de Rosa da Silva Pinheiro e de José da Silva Mendes.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Desenvolveu intensa actividade política em favor da instauração do regime republicano em Portugal.

Nomeado Professor do Liceu de Macau, de Português e Latim, tomando posse a 27 de Maio de 1901.

⁴³ *O Macaense*, 11.07.1920.

⁴⁴ Joaquim Paço D’Arcos (1908-1979), poeta, ficcionista e ensaísta, autor de uma obra vasta e traduzida em diversas línguas.

⁴⁵ Joaquim Paço D’Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, Guimarães Editores, s/d, Vol. I, pp. 218-219.

Desempenhou diversos cargos de destaque, nomeadamente, Presidente do Leal Senado, Administrador do Concelho, Reitor do Liceu, Juíz de Direito e Procurador da República.

Exerceu a advocacia, tendo granjeado grande prestígio.

Coleccionador e especialista em arte chinesa é, ainda, considerado como o primeiro português que estudou o taoísmo. A sua actividade cívica e cultural deixou marcas profundas na sociedade do seu tempo, tendo colaborado assiduamente na imprensa (jornais *Vida Nova*, *O Macaense*, *O Progresso*, *A Pátria*, *Jornal de Macau*, *A Voz de Macau* e nas revistas *Oriente* e *Revista de Macau*).

Faleceu em Macau, a 30 de Dezembro de 1931, estando o seu nome incluído na toponímia local (a Rua Silva Mendes inicia-se na Avenida Sidónio Pais e termina na Estrada Ferreira do Amaral).

Estudos Publicados

Socialismo Libertário ou Anarquismo, 1896

Schiller, *Guilherme Tell*, tradução, introdução e notas, 1898

Reflexões Jurídicas, 1907

Lao Tse e a sua doutrina segundo o Tao-Te-Ching, 1908

Excertos de Filosofia Taoísta, 1930

Postumamente foram organizadas as obras seguintes:

Colectânea de Artigos de Manuel da Silva Mendes, organização de Luís Gonzaga Gomes, 3 volumes, 1949.

Nova Colectânea de Artigos de Manuel da Silva Mendes, organização de Luís Gonzaga Gomes, 4 volumes, 1963/1964.

Macau: Impressões e Recordações, organização e prefácio de Graciete Batalha, 1979.

Sobre Filosofia, 1979

Sobre Arte, organização e prefácio de António Conceição Júnior, 1983

A Instrução Pública em Macau, organização e prefácio de António Aresta, 1996

Estudos dedicados a Manuel da Silva Mendes

Monsenhor Manuel Teixeira, *Manuel da Silva Mendes*, in “Liceu de Macau”, edição da Direcção dos Serviços de Educação, 3.^a edição, 1986, pp. 420-430.

António Aresta, *Manuel da Silva Mendes, Historiador do Socialismo Libertário*, Revista de Cultura, N.º 15, Julho/Setembro, 1991, pp. 144-150.

José de Carvalho e Rêgo, *Figuras D'Outros Tempos*, Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 345-348.

ANEXO

ESCOLAS A MAIS E ORGANIZAÇÃO A MENOS⁴⁶

Ninguém pode dizer que para a população não chinesa há poucas escolas em Macau. Há escolas demais. Há a Escola Central para o Sexo Masculino; há a Escola Central para o Sexo Feminino; há a Escola ou Colégio de Santa Rosa de Lima; há a Escola Comercial da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses; há o Seminário de S. José com os cursos da instrução primária, instrução secundária, comercial, de língua chinesa e de teologia; há o Liceu Nacional de Macau; há um Curso Comercial anexo ao Liceu; há um Curso de Língua Chinesa, também anexo ao Liceu; há um Curso de Língua e Literatura Chinesa para formação de intérpretes na Repartição do Expediente Sínico; e há um Curso de Pilotagem na Repartição da Capitania dos Portos.

Pode alguém dizer que há falta de escolas em Macau? Não! Há escolas demais. Se estão bem ou mal organizadas é outro ponto de vista. E dizemos que há escolas demais, porque entendemos que para uma população escolar de poucas centenas de indivíduos muito menor número de escolas era bem suficiente.

Escolas ou cursos comerciais há três. Ora a frequência destes três cursos é apenas de algumas dezenas de alunos. Para que há-de haver, pois, três cursos, se a população que os frequenta mal dá para um?

Há também três cursos da língua chinesa. Para quê três cursos? O número de alunos que os frequenta é muito menor do que o dos cursos comerciais; e como o destes mal dá para uma escola, o daqueles dará para meio professor. E os resultados? Os resultados são que não há dois indivíduos saídos desses cursos que sejam capazes de ler ou escrever um bilhete postal em chinês.

Há dois cursos de instrução secundária para o sexo masculino, nenhum deles completo, e dois bocados de cursos de instrução secundária

para o sexo feminino. Pareceria natural que em terra tão pequena e de tão diminuta população escolar houvesse um curso só, mas completo. Não. Há dois, ambos incompletos. Falamos de cursos para o sexo masculino.

Para o sexo feminino há dois bocados de instrução secundária. Um na Escola Central para o Sexo Feminino e outro no Colégio de Santa Rosa de Lima. Não estão coordenados, um não é complemento de outro, não são interdependentes.

Eis um aspecto do estado da instrução em Macau.

O outro é quanto se dispense com todas estas escolas. Não nos demos ao trabalho de fazer a conta, se bem que não seja cousa de difícil apuramento. Mas imagina-se sem grande esforço que, em relação ao número de alunos, a conta deve ser pavorosa.

Quantos professores? Quantos prefeitos, secretarias, escreventes e ajudantes de serventes? Não fizemos a conta, mas, calculando por alto, só professores são umas três dúzias ou mais. Também não fizemos o cálculo dos vencimentos deste batalhão; mas, baixo que seja o preto, a soma é com certeza alevantada.

A dos secretários, prefeitos, guardas, directores, escreventes, serventes e ajudantes de serventes é muito mais baixa. Em todo o caso, este batalhão também come e não vive de outra coisa, sendo intuitivo que, podendo ser reduzido a um terço, se houvesse somente as escolas necessárias, a verba respectiva diminuiria de dois terços.

De tudo isto parece resultar que a instrução em Macau está organizada mais em benefício do pessoal docente e dirigente do que do pessoal discente. Muitas escolas, muito pessoal e alunos poucos. Porque é que não se proporciona o número de escolas ao dos alunos?

Dir-se-ia que estas escolas não pertencem a uma única entidade e que, por isso, não podem obedecer a um plano económico e pedagógico. Umhas escolas são do governo, outras são da câmara, outras de diferentes associações. E cada uma destas entidades tem o direito de ter as suas escolas.

Assim é. As coisas funcionam conforme as leis. O que, porém, não é menos verdade é que as leis não estão feitas conforme as coisas deveriam funcionar. Mas, apesar das leis, porque não se combinam essas leis, porque não se combinam essas entidades de maneira a haver somente as escolas necessárias e somente o pessoal necessário?

A associação de esforços para este fim, digamo-lo desde já, não está na educação portuguesa.

Cada entidade quer ter as suas escolas e ainda que todas reconheçam que, por deficiência de meios ou por outros motivos as suas escolas não são boas, ninguém lhes fale em fusão de capitais ou de meios para se organizarem em combinação e comunhão. Isso não está na nossa educação.

Todavia é intuitivo que com o dinheiro que o Estado, a Câmara, o Seminário, a Associação Promotora e o Colégio de Santa Rosa de Lima dispendem, podia haver poucas, mas boas escolas. Os edifícios em que quase todas as escolas de Macau funcionam não são edifícios escolares: são pardieiros escolares. O mobiliário, o material escolar, são insuficientes e ordinaríssimos.

Fundidos os capitais e representadas todas essas entidades na gerência e direcção do ensino não seria este bem mais profícuo, mais económico? Cremos que sim.

Apesar disso, tantas reformas no ensino tem sido propostas, nenhuma aceite desde 1893 até hoje, e nunca vimos que em alguma delas esse ponto de vista fosse tomado em consideração. Enquanto, porém, o não for, parece-nos que não será dada completa solução ao problema da instrução na colónia.